

BOLSA FAMÍLIA

# Oponentes reagem a aumento

Candidatos à Presidência questionam legalidade do reajuste de 15,04% anunciado pelo governo a pouco mais de 15 dias do pleito

» DANANDRA ROCHA  
» BEATRIZ VASCONCELOS\*

O candidato à Presidência, senador Flávio Bolsonaro (PL), reagiu, ontem, ao reajuste de 15,04% do Bolsa Família anunciado pelo governo. Durante comício em Vitória da Conquista (BA), o senador afirmou que a medida é ilegal por ocorrer a 17 dias do primeiro turno, marcado para 4 de outubro.

Flávio também associou a decisão à disputa eleitoral e disse que o presidente estaria agindo por desespero. “Não caíam em mais uma promessa da campanha, porque Lula age no desespero, acabou de fazer um decreto mesmo sabendo que é ilegal e que é proibido durante as eleições. Fez uma coisa que não fez em quatro anos de governo, faltando 17 dias para as eleições”, afirmou.

Na sequência, o candidato do PL voltou a questionar a proximidade entre o anúncio e o pleito. “Ele acha que vai enganar alguém com o reajuste do Bolsa Família. Ele sabe que isso não pode. Mas é o desespero, porque sabe que já perdeu”, declarou. A manifestação coloca o programa social no centro da disputa entre Flávio e Lula, que busca a reeleição. O reajuste será aplicado a partir da folha de outubro, com os primeiros pagamentos previstos para começar em 19 de outubro, entre o primeiro turno e o eventual segundo turno, marcado para 25 de outubro.

O reajuste eleva o valor mínimo do Bolsa Família de R\$ 600 para R\$ 691. O benefício médio, que varia de acordo com a composição das famílias e os adicionais recebidos, deverá passar de R\$ 675 para R\$ 777.

### Outras reações

O reajuste foi assunto nos discursos de outros candidatos à Presidência da República. Renan Santos (Missão) afirmou que a legislação eleitoral não permite a alteração de benefícios sociais em ano de eleição, e disse que a medida de Lula tem como objetivo comprar votos e se reeleger. “Ele usa isso para comprar votos para se reeleger e você que trabalha, paga a conta. Isto é crime. A lei eleitoral não permite que você altere benefícios sociais em ano eleitoral. Ele está fazendo isso no meio

Charles Vieira/Campanha Flávio Bolsonaro



Em motocarreata em Vitória da Conquista (BA), Flávio Bolsonaro disse que o presidente estaria agindo por desespero, ao elevar o benefício

da eleição, fazendo aquilo que ele sabe fazer de melhor: quer comprar a consciência das pessoas”, declarou em um vídeo publicado nas redes sociais.

Em seguida, Renan criticou ainda o candidato Flávio Bolsonaro, que, segundo ele, defende o Bolsa Família como “direito adquirido”. “O canalha do Flávio Bolsonaro está dizendo que o Bolsa Família é um direito adquirido. Isso significa que esse valor que o Lula aumenta, se o Flávio ganha, ele mantém e não pode alterar. E aí você que está trabalhando, ralando, vai pagar essa conta”, disse.

Para Renan, o benefício deve ser restrito a quem não tem condições de trabalhar e disse que, se eleito, vai criar uma frente de trabalho. “Eu não vou permitir que o Brasil que trabalha e produz seja refém desse tipo de populismo. Eu vou acabar com esses aumentos absurdos. Só vai receber Bolsa Família quem

precisa estritamente. Quem pode trabalhar, vai trabalhar. Eu vou criar a frente de trabalho. É isso que brasileiro sério faz”, disse.

Em uma declaração enviada pela assessoria, Romeu Zema (Novo) afirmou que Lula estaria desesperado depois de perder a liderança nas pesquisas eleitorais. “Esse reajuste do Bolsa Família é uma medida eleitoreira que mostra o desespero do Lula depois de perder a liderança nas pesquisas do segundo turno”, afirmou.

O candidato declarou que Lula agiu de maneira irresponsável, comprometendo as contas públicas do Brasil para tentar comprar votos de eleitores brasileiros. “Lula age de forma irresponsável, aprofundando a catástrofe nas contas públicas do Brasil, comprometendo mais R\$ 22 bilhões para tentar comprar o voto do brasileiro que o PT deixou na pobreza nos últimos 20 anos.”, afirmou.

Apesar de considerar o Bolsa Família uma política importante, Zema defendeu ajudar os beneficiários do programa a se qualificar profissionalmente e a entrar no mercado de trabalho. Ele afirmou que, se eleito, vai oferecer um prêmio de R\$ 5 mil para quem trocar o Bolsa Família pela carteira assinada.

O candidato à Presidência Ronaldo Caiado (PSD) afirmou, nas redes sociais, que o reajuste de 15% no Bolsa Família “escancara o uso eleitoreiro do programa”. Ele defendeu o benefício, mas criticou os impactos econômicos da mudança em um cenário em que a dívida do país está alta.

“Ninguém é contra apoiar quem mais precisa, e o valor do Bolsa Família deve proteger quem vive em vulnerabilidade. Mas aprovar R\$ 5,8 bi de reajuste a 17 dias da eleição escancara o uso eleitoreiro do programa. A dívida do país está no vermelho”, escreveu nas redes sociais.

Caiado ainda disse que o reajuste seria uma forma de Lula “rifar” o futuro do país “sem o menor pudor”.

Apesar de afirmarem que a medida contraria a legislação eleitoral, nenhum dos candidatos questionou o decreto junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

### Fórmula repetida

A menos de três semanas do primeiro turno, o reajuste implementado pelo presidente da República segue o mesmo padrão do antigo adversário em 2022, Jair Bolsonaro, que naquele resolveu elevar de R\$ 400 para R\$ 600 então Auxílio Brasil, que havia substituído o Bolsa Família no governo do ex-presidente. Analistas consultados pelo **Correio** lembram desse episódio e consideram que é difícil dissociar os dois eventos, que seguem o mesmo *modus operandi*, na visão



**Ele usa isso para comprar votos para se reeleger e você que trabalha, paga a conta. Isto é crime. A lei eleitoral não permite que você altere benefícios sociais em ano eleitoral. Ele está fazendo isso no meio da eleição, fazendo aquilo que ele sabe fazer de melhor: quer comprar a consciência das pessoas”**

**Renan Santos**, candidato à Presidência da República

dos especialistas, de tentar angariar popularidade por meio dos programas de transferência de renda.

Para o presidente do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo (Corecon-SP), Haroldo da Silva, a repetição desse padrão, independentemente de quem governa, revela um “casuismo” com que essa política é tratada. Segundo ele, a revisão do benefício deveria seguir critérios públicos e previsíveis, sem depender da proximidade das urnas. “No longo prazo, o Brasil precisa criar condições para que menos famílias dependam de programas de transferência de renda. Isso passa por crescimento econômico, educação de qualidade e maior competitividade, capazes de ampliar as oportunidades de trabalho e renda”, avalia. (colaborou Rosana Hessel)

\*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

## IMPOSTOS

# Direito tributário na América Latina em debate

Especialistas do Brasil e outros 20 países da América Latina e de Portugal concluíram ontem a semana de debates na 33ª edição das Jornadas Latino-Americana de Direito Tributário do Iladit (Instituto Latino-Americano de Direito Tributário). Iniciado no último domingo, o evento contou com reuniões no auditório externo do Superior Tribunal de Justiça (STJ), nas duas Casas do Congresso, no Ministério da Justiça e na Catedral Metropolitana de Brasília.

Entre os assuntos discutidos no auditório externo do STJ, temas relacionados a soluções de litígios tributários, além de novas legislações previstas na reforma tributária e no desenvolvimento de tratados internacionais e regras antiabuso. A tributação das operações com petróleo, gás e minerais na América Latina, no âmbito desportivo entre atletas e questões relacionadas a gênero também foram discutidos por especialistas ao longo dos cinco dias de encontro.

Presidente do Instituto Latino-Americano de Direito Tributário, o jurista Heleno Torres discursou no Congresso Nacional. Em sua fala, Torres abordou mudanças na legislação tributária brasileira, com a criação do Imposto sobre

Valor Agregado (IVA), estabelecido após a aprovação da reforma tributária.

“Diante de todas estas mudanças, eis a maior e mais profunda reforma tributária, o que nos permite dizer que o Direito Tributário que se conhecia antes de 2022 no Brasil foi totalmente modificado, com seus institutos ressignificados por uma nova hermenêutica. A reforma da tributação sobre o consumo inaugura um novo ciclo institucional, legislativo, econômico e jurídico para o país. Trata-se de uma transformação que ultrapassa a substituição de tributos ou a reorganização de competências”, disse.

Na reforma tributária, o IVA será formado pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O IVA, de acordo com a nova legislação, vai substituir as taxas Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

### Balanco do evento

Heleno projetou que a execução dessas medidas trará um novo ambiente de negócios para o Brasil. “As pessoas não têm ideia das transformações que o Congresso

Waldemir Barreto/Agência Senado



Sessão solene no Senado Federal prestou homenagem aos participantes das Jornadas Latino-Americanas de Direito Tributário



**A reforma da tributação sobre o consumo inaugura um novo ciclo institucional, legislativo, econômico e jurídico para o país. Trata-se de uma transformação que ultrapassa a substituição de tributos ou a reorganização de competências”**

**Heleno Torres**, presidente do Instituto Latino-Americano de Direito Tributário

tem feito em matérias tributárias. O Congresso entregou, nos últimos anos, mudanças que vão fazer uma revolução e o ambiente de negócios vai mudar muito nos próximos anos”, destacou, em entrevista à TV Brasília.

Quanto às discussões realizadas durante as jornadas, o presidente do Iladit detalhou que foram discutidos temas como tributação dos serviços, formas alternativas de solução de conflitos

e o papel da tributação na proteção ambiental.

“Tivemos uma discussão muito profunda sobre os três temas principais: que eram tributação dos serviços — hoje em dia, a sociedade vive uma era da economia desmaterializada. No segundo dia, as formas alternativas para resolver conflitos em matéria tributária. E o terceiro tema, que é a proteção ambiental, que é um assunto tão importante para o nosso país.”